



FL 01

# CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE: LEI Nº. 87/98

AUTOR: CHEFE DO EXECUTIVO

ASSUNTO: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR  
CONVÊNIO COM O ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTER-  
MÉDIO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO OBJETIVANDO  
A IMPLANTAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA  
NA ÁREA DA EDUCAÇÃO.



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

MENSAGEM Nº 28.

Ibiúna, 24 de junho de 1998.

LEIA-SE EM SESSÃO  
CÓPIAS AS EDIS

AS COMISSÕES  
IBIÚNA, 25/06/98

SENHOR PRESIDENTE:

Juvenal Dias Ribeiro  
Presidente

Tenho a honra de, por intermédio de Vossa Excelência encaminhar à consideração dos Nobres Vereadores o incluso Projeto de Lei que autoriza ao Executivo celebrar Convênio com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação, objetivando a implantação e o desenvolvimento de Programas na Área da Educação.

Como é do conhecimento dos Nobres Vereadores, essa Casa aprovou no início do ano projeto de lei que se transformou na Lei 379/98, lei essa que autorizou o Prefeito a celebrar convênio com a mesma secretaria objetivando a implantação e o desenvolvimento do Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município.

A lei, entretanto não dava poderes ao Executivo para assinar termos aditivos ao referido convênio da área da educação.

A presente proposição visa dar aquela autorização, por exigência da secretaria a real implantação de todos os programas educacionais.

Sem mais para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

JONAS DE CAMPOS  
Prefeito Municipal

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Projeto de Lei nº 87/98  
Recebido em 25 de 06 de 19 98  
Prazo vence em de de 19  
Recebido por

EXMO. SR.  
JUVENAL DIAS RIBEIRO.  
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA.  
NESTA.



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

87/98

103

**PROJETO DE LEI Nº 28/98.  
DE 24 DE JUNHO DE 1998.**

“Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar Convênio com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação objetivando a implantação e o desenvolvimento do Programa na Área da Educação”.

**JONAS DE CAMPOS**, Prefeito Municipal de Ibiúna-SP., no uso das suas atribuições legais,

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Ibiúna aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**ARTIGO 1º.-** Fica o Poder Executivo autorizando a celebrar Convênio e Termos Aditivos com o Estado de São Paulo por intermédio da Secretaria da Educação, objetivando a implantação e o desenvolvimento de Programas na Área da Educação.

**ARTIGO 2º.-** Fica ainda o Poder Executivo autorizado a tomar as providências necessárias a execução do Convênio referido no artigo anterior.

**ARTIGO 3º.-** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE  
IBIÚNA, AOS 24 DIAS DO MÊS DE JUNHO DE 1998.**

**JONAS DE CAMPOS**  
Prefeito Municipal

**APROVADO**

**CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA**

Em 26 de 06 de 19 98

**PRESIDENTE**

**1.º SECRETÁRIO**



# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIÚNA**

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

**LEI Nº 379/97**  
**DE 30 DE JANEIRO DE 1997.**

"A **ca** o Município a celebrar Convênio com o Estado de São Paulo, objetivando a implantação e o desenvolvimento do Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município.

**JONAS DE CAMPOS**, Prefeito do Município de Ibiúna-SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Ibiúna aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**ARTIGO 1º.-** Fica o Município de Ibiúna autorizado a celebrar Convênio e Termo Aditivo, com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação, visando a implantação e o desenvolvimento de Programa de Ação e Parceria Educacional Estado-Município, nos termos da Minuta anexa que, assinada pelo Prefeito e pelo Presidente da Câmara, fica fazendo parte integrante desta Lei.

**ARTIGO 2º.-** Fica o Poder Executivo autorizado a tomar as providências necessárias à execução do convênio referido ao artigo anterior.

**ARTIGO 3º.-** As despesas decorrentes da execução desta lei correrão a conta de dotações próprias do orçamento.

**ARTIGO 4º.-** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
GABINETE DA SECRETARIA

R. 05

Termo de Convênio que entre si celebram o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação, e o Município de Ibiuna, objetivando a implantação e o desenvolvimento do Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município para o atendimento ao ensino fundamental.

(Processo nº 1759/97- SE).

O Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação, doravante denominada SECRETARIA, neste ato representada pela sua Titular Teresa Roserley Neubauer da Silva, R.G. 3.410.708, devidamente autorizada pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, nos termos do Decreto nº 40.673, de 16 de fevereiro de 1996 e do Decreto nº 40.889, de 10 de junho de 1996, e o Município de Ibiuna, doravante denominado MUNICÍPIO, representado pelo Prefeito Municipal Jonas de Campos, R.G. 5.966.993, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 379, de 30 de janeiro de 1997, têm entre si justo e acertado celebrar o presente Convênio, com as cláusulas que se seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**  
**DO OBJETO**

O presente Convênio tem por objeto a ação compartilhada entre a SECRETARIA e o MUNICÍPIO visando a implantação e o desenvolvimento do

YH

SP



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
GABINETE DA SECRETARIA

FL 06

Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município para o atendimento ao ensino fundamental, tendo por finalidade a melhoria e expansão do Ensino Público Fundamental, propiciando a todas as crianças condições de real acesso à escola e que nela permaneçam e progridam, atendendo ao disposto nos artigos 211, 212 e 213 da Constituição Federal e no artigo 240 e nos §§ 1º e 2º do artigo 249 da Constituição Estadual.

**CLÁUSULA SEGUNDA**  
**DAS OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA**

São obrigações da SECRETARIA:

I - quanto a Gestão do Sistema:

a) prestar assistência técnica ao MUNICÍPIO para a gestão da rede escolar, estruturação do órgão municipal de educação e do Conselho Municipal de Educação, para elaboração do Plano Municipal de Educação, Plano Regional de Educação, Estatuto do Magistério Municipal, Plano de Carreira, Regimento das Escolas e outros que se fizerem necessários.

II - quanto ao pessoal:

a) colocar à disposição do MUNICÍPIO, através de ato específico da autoridade competente, e por prazo determinado, pessoal docente, técnico e administrativo para as ações que se façam necessárias à execução do Plano de Trabalho, parte integrante deste Termo de Convênio;

b) co-responsabilizar-se pela capacitação do pessoal colocado à disposição do MUNICÍPIO, pela SECRETARIA;

III - quanto aos recursos financeiros:

MUH

Suf





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
GABINETE DA SECRETARIA

17,07

a) prestar apoio financeiro ao MUNICÍPIO, de acordo com o estabelecido no Plano de Trabalho, parte integrante deste Ajuste, observando-se as regras contidas no § 3º do artigo 116, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883, de 8 de junho de 1994.

IV - quanto à transferência de bens imóveis e móveis:

a) tomar providências junto à Procuradoria Geral do Estado - Procuradoria do Patrimônio Imobiliário, para transferência de terrenos e/ou prédios escolares, de propriedade do Estado, ao MUNICÍPIO, visando obter a competente autorização legislativa;

b) tomar providências junto ao Governo do Estado para transferência de móveis e utensílios, equipamentos e materiais didáticos, de propriedade do Estado, ao MUNICÍPIO;

V - quanto ao acompanhamento e avaliação:

a) acompanhar e avaliar a execução do Convênio e do Plano de Trabalho objetivando as adequações que porventura se façam necessárias para consecução dos objetivos propostos, especialmente quanto à regular aplicação dos recursos financeiros transferidos ao Município.

**CLÁUSULA TERCEIRA**  
**DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

17,07

São obrigações do MUNICÍPIO:

I - criar e instalar o Conselho Municipal de Educação, nos termos da Lei nº 9.143, de 9 de março de 1995;

II - providenciar a elaboração do Plano Municipal de Educação e a aprovação do mesmo, junto aos órgãos competentes;

III - realizar estudos com entidades de classe representativas do magistério e com órgãos estaduais para elaboração do Estatuto do Magistério Municipal e do Plano de Carreira do Magistério Municipal;

17,07



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
GABINETE DA SECRETARIA

Fl. 08

IV - respeitar as medidas decorrentes da reorganização da rede pública estadual, no ano letivo de 1996;

V - planejar a rede física, identificando a situação da capacidade atual, a demanda futura e a previsão de expansão;

VI - assumir a construção, a ampliação e reforma dos prédios das escolas que mantêm ensino fundamental de 1ª a 4ª séries e/ou 5ª a 8ª séries, com recursos próprios e/ou em parceria com o Estado, de conformidade com o estabelecido no Plano de Trabalho;

VII - responsabilizar-se pela manutenção preventiva e corretiva dos prédios escolares;

VIII - responsabilizar-se pelas despesas de utilidade (água, luz, telefone), bem como pelo pagamento de taxas;

IX - responsabilizar-se pelas despesas de assistência técnica, de manutenção e de reposição de mobiliário, de equipamentos e de material didático - pedagógico;

X - encaminhar à SECRETARIA - Delegacia de Ensino, atestados de frequência dos funcionários colocados à disposição do MUNICÍPIO, visando assegurar o processamento dos direitos e vantagens dos mesmos;

XI - repor o pessoal nos casos de vacância e quando da necessidade de ampliação do quadro por expansão da rede escolar;

XII - realizar concurso público para ingresso em quadros próprios do município de profissionais do magistério, pessoal técnico e administrativo, nos casos de expansão da rede escolar e/ou de reposição de pessoal;

XIII - comprometer-se a não pagar a menor do que o Estado para os profissionais do magistério do município, garantindo o princípio de equidade para todos;

XIV - garantir a continuidade da Associação de Pais e Mestres ou entidade similar, assegurando a presença de instituições auxiliares da escola;

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
GABINETE DA SECRETARIA

Fl. 09

XV - fornecer merenda e transporte escolar ao educando das 1ª a 4ª séries e/ou da 5ª a 8ª séries do ensino fundamental com recursos próprios ou em parceria com o Estado;

XVI - facilitar à SECRETARIA o acesso às informações necessárias ao acompanhamento do desenvolvimento do Plano de Trabalho e da execução deste Convênio;

XVII - prestar contas à SECRETARIA, mensalmente, sobre a aplicação dos recursos financeiros transferidos pelo Estado, observado o disposto na Cláusula Sexta;

XVIII - assumir a(s) escola(s) no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de assinatura do presente convênio.

**CLÁUSULA QUARTA**  
**DO VALOR**

O valor do presente Convênio é estimado em R\$ 49.200.000,00 (quarenta e nove milhões e duzentos mil reais), cabendo à SECRETARIA o aporte de recursos da ordem de R\$ - nihil -, e ao MUNICÍPIO a contrapartida de R\$ 49.200.000,00 (quarenta e nove milhões e duzentos mil reais).

**CLÁUSULA QUINTA**  
**DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

MPH

I - A SECRETARIA, no exercício de 1997, aplicará recursos financeiros no valor de R\$ - nihil -, que onerarão a Classificação Econômica - nihil -, Classificação Funcional Programática - nihil -, Unidade de Despesa - nihil.

MPH



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
GABINETE DA SECRETARIA

10

II - para os próximos exercícios, durante a vigência deste Convênio, a SECRETARIA arcará, em seu orçamento, com os recursos financeiros necessários à execução deste Acordo;

III - o MUNICÍPIO no exercício de 1997, aplicará recursos financeiros no valor de R\$ 4.100.000,00 (quatro milhões e cem mil reais), que onerarão a Classificação Econômica e a Classificação Funcional Programática - Dotação Orçamentária - e para os exercícios futuros deverá garantir, em seu orçamento, a verba necessária à realização do objeto previsto neste Ajuste.

§ 1º - Os valores da SECRETARIA e do MUNICÍPIO poderão ser suplementados através de Termos Aditivos, de conformidade com as necessidades e a disponibilidade financeira dos partícipes, respeitada a legislação pertinente.

§ 2º - Os saldos de convênio, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês.

§ 3º - As receitas financeiras auferidas na forma do parágrafo anterior serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do Ajuste.

YRAH

§ 4º - É obrigatória a restituição pelo MUNICÍPIO à SECRETARIA de eventual saldo de recursos liberados no prazo de 30 (trinta) dias, contados da conclusão ou extinção do presente Convênio.

Sup



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
GABINETE DA SECRETARIA

**CLÁUSULA SEXTA**  
**DA TRANSFERÊNCIA DOS RECURSOS FINANCEIROS**

A SECRETARIA efetuará repasses dos recursos financeiros ao MUNICÍPIO, de conformidade com o cronograma de desembolso estabelecido no Plano de Trabalho, observado o § 3º do artigo 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883, de 8 de junho de 1994.

Parágrafo único - A movimentação dos recursos financeiros será feita exclusivamente através da conta de crédito especial aberta pelo MUNICÍPIO, junto a Nossa Caixa - Nosso Banco.

**CLÁUSULA SÉTIMA**  
**DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

A prestação de contas dos recursos financeiros deverá ser feita nos moldes exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado.

No caso de aplicação indevida da verba consignada pela SECRETARIA, será exigida sua devolução, acrescida de remuneração correspondente ao rendimento da caderneta de poupança verificado entre a data do repasse e o dia da efetiva devolução.

**CLÁUSULA OITAVA**  
**DAS ALTERAÇÕES**

Este Convênio poderá ser alterado pelos signatários, por meio de termos de aditamento para adequações financeiras e/ou eventuais ajustes de execução do Plano de Trabalho, desde que não ocasionem modificações do objeto do acordo e sejam necessárias à continuidade de sua implementação.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**  
GABINETE DA SECRETARIA

Fls 12

**CLÁUSULA NONA**  
**DA VIGÊNCIA**

Este Convênio terá vigência de 5 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura.

**CLÁUSULA DÉCIMA**  
**DA DENÚNCIA E RESCISÃO**

O Convênio poderá ser desfeito, durante o prazo de vigência, por mútuo consentimento dos partícipes, ou denúncia de qualquer deles, por desinteresse, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

O Convênio poderá ser rescindido por infração legal ou convencional.

Os partícipes, por meio de seus representantes, são autoridades competentes para denunciar ou rescindir este Convênio.

Parágrafo único - Em qualquer dos casos previstos nesta Cláusula será garantida a continuidade dos estudos aos alunos.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**  
**DO FORO**

Shatt

Os casos omissos e dúvidas que surgirem na execução deste Convênio serão resolvidos pelos partícipes, de comum acordo, ficando eleito o foro da Capital do Estado para dirimir questões na esfera judiciária.

uf



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
GABINETE DA SECRETARIA

13

E, por estarem concordes, assinam o presente Convênio em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 04 de dezembro de 1997.

TERESA ROSERLEY NEUBAUER DA SILVA  
Secretária da Educação

JONAS DE CAMPOS

Prefeito Municipal de Ibiuna

Testemunhas:

1ª

R.G. 3.840.440

2ª

R.G.



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

OFÍCIO GP Nº 280/98.

Ibiúna, 25 de junho de 1998.

CONVOQUE-SE SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
PARA O DIA 26/06/98, ÀS 19.00 HORAS  
IBIÚNA, 25/06/98

SENHOR PRESIDENTE:

*Juvenal Dias Ribeiro*  
Presidente

Nos termos do inciso I do § 3º do Artigo 13 da Lei Orgânica do Município de Ibiúna, CONVOCO EXTRAORDINARIAMENTE essa Egrégia Câmara Municipal, para reunir-se em sessão, a fim de apreciar a seguinte propositura, de autoria deste Executivo:

Projeto de Lei nº 28/98, que dispõe sobre autorização ao Poder Executivo Municipal celebrar convênio com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação objetivando a implantação e o desenvolvimento do Programa na Área da Educação.

A convocação justifica-se pela urgência da aprovação, pois trata-se de recursos para a área da Educação.

Certos da compreensão de Vossa Excelência, renovamos os nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

*JONAS DE CAMPOS*  
Prefeito Municipal

Secretaria Administrativa  
Recebido 25/06/1998



EXMO. SR.

JUVENAL DIAS RIBEIRO.

DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA.

NESTA.





GABINETE

# CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

Fl. 15

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

JUVENAL DIAS RIBEIRO, Presidente da Câmara Municipal de Ibiúna, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 117, parágrafo 1º. do Regimento Interno combinado com o parágrafo 2º. do artigo 13 da Lei Orgânica do Município de Ibiúna, e tendo em vista o Ofício GP nº. 280/98, do Chefe do Executivo, protocolado nesta data na Câmara Municipal de Ibiúna, solicitando convocação extraordinária:

**CONVOCA** os Senhores Vereadores para uma Sessão Extraordinária à realizar-se no dia 26 de junho de 1998, às 19:00 horas, no recinto desta Casa de Leis para tratar do seguinte:

1 - Recebimento, discussão e votação única do Projeto de Lei nº 87/98, de autoria do Chefe do Executivo, que "Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação objetivando a implantação e o desenvolvimento do Programa na Área da Educação.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA EM AOS 25 DIAS DO MÊS DE JUNHO DE 1998.

JUVENAL DIAS RIBEIRO  
PRESIDENTE

Publicado na Secretaria Administrativa da Câmara e afixado no local de costume na data supra

Secretaria do Gabinete do Presidente  
Secretaria do Dia do Processo Legislativo



# CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

COMISSÕES

**PARECER CONJUNTO AO PROJETO DE LEI Nº 87/98**

**AUTORIA: CHEFE DO EXECUTIVO**

**RELATOR: VEREADOR JURACY FLORENCIO PINTO**

**COMISSÕES DE JUSTIÇA E REDAÇÃO; FINANÇAS E ORÇAMENTO; E  
EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

O Chefe do Executivo protocolou para apreciação desta Casa de Leis no dia 25 p. passado o Projeto de Lei acima epigrafoado que "Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar convênio com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação objetivando a implantação e o desenvolvimento do Programa na área da Educação".

A Comissão de Justiça e Redação em análise a propositura, quanto a sua competência, emite parecer favorável pela tramitação regimental do projeto em questão, nada impedindo a aprovação pelo Douto Plenário, já que é legal e constitucional.

Sob o aspecto financeiro e orçamentário, a Comissão competente, em estudo ao projeto, exara parecer pela tramitação regimental.

A Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social quanto a sua competência emite parecer pela aprovação, pois a abrangência do Projeto visando o desenvolvimento de programas na área de educação é muito louvável e necessária para a nossa clientela estudantil.

Ao Plenário que soberano em suas decisões.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES, VEREADOR JOÃO MELLO,  
EM 26 DE JUNHO DE 1998.

**JURACY FLORENCIO PINTO**

**RELATOR - PRESIDENTE COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**OSWALDO RIBEIRO DOS SANTOS**  
**VICE PRESIDENTE**

**ROBERTO MARTINEZ**  
**MEMBRO**

**JAIR CARDOSO DE OLIVEIRA**  
**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**



COMISSÕES

# CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

*[Handwritten signature]*

PARECER CONJUNTO AO PROJETO DE LEI Nº 87/98 - Fls. 02

*[Handwritten signature of Neusa Ferreira de Souza]*

NEUSA FERREIRA DE SOUZA

VICE PRESIDENTE

*[Handwritten signature of Rauci Vieira Machado]*

RAUCI VIEIRA MACHADO

MEMBRO

*[Handwritten signature of Benedito Vieira Martins]*

BENEDITO VIEIRA MARTINS

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO SAÚDE E ASSISTÊNCIA  
SOCIAL

*[Handwritten signature of Luiz Fernando Pereira]*

LUIZ FERNANDO PEREIRA

VICE- PRESIDENTE

*[Handwritten signature of Roque José Pereira]*

ROQUE JOSÉ PEREIRA

MEMBRO



GABINETE

# CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

Fl. 18

## AUTÓGRAFO DE LEI Nº 82/98

junho de 1998

DE 26 DE JUNHO DE 1998

“ Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar Convênio com o Estado de São Paulo, por intermédio das Secretaria da Educação objetivando a implantação e o desenvolvimento do Programa na Área da Educação “.

**JONAS DE CAMPOS**, Prefeito Municipal de Ibiúna-SP, no uso das suas atribuições legais,


**FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Ibiúna aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

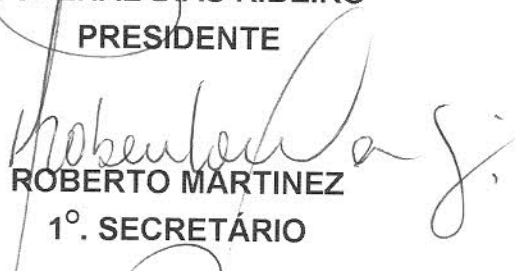
**ARTIGO 1º.** - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Convênio e Termos Aditivos com o Estado de São Paulo por intermédio da Secretaria da Educação, objetivando a implantação e o desenvolvimento de Programas na Área da Educação.

**ARTIGO 2º** - Fica ainda o Poder Executivo autorizado a tomar as providências necessárias a execução do Convênio referido no artigo anterior.

**ARTIGO 3º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA, AOS 26 DIAS DO MÊS DE JUNHO DE 1998.

  
**JUVENAL DIAS RIBEIRO**  
**PRESIDENTE**

  
**ROBERTO MARTINEZ**  
**1º. SECRETÁRIO**

  
**ROQUE JOSÉ PEREIRA**  
**2º. SECRETÁRIO**



# CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE

Ofício GPC Nº 443/98

Ibiúna, 26 de junho de 1998.

SENHOR PREFEITO :

Através do presente, encaminho a Vossa Excelência o **AUTÓGRAFO DE LEI Nº 82/98**, referente ao Projeto de Lei Nº 87/98 que " Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar Convênio com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação objetivando a implantação e o desenvolvimento do Programa na Área da Educação " , aprovado na ordem do dia da Sessão Extraordinária realizada na presente data nesta Casa de Leis.

Sem mais, valho-me do ensejo para apresentar-lhe os protestos de elevada estima e distinta consideração, colocando-me sempre a inteiro dispor.

Atenciosamente,

  
**JUVENAL DIAS RIBEIRO**  
**PRESIDENTE**

AO EXMO. SENHOR  
JONAS DE CAMPOS  
DD. PREFEITO MUNICIPAL DE IBIÚNA  
N E S T A .



# CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA

## CERTIDÃO:

Certifico que o Projeto de Lei nº. 87/98 de autoria do Chefe do Executivo deu entrada na Secretaria Administrativa da Câmara no dia 25 de junho passado, acompanhado do Ofício GP nº. 280/98 do Chefe do Executivo solicitando convocação extraordinária para deliberação.

Certifico mais o referido Projeto de Lei foi lido na Ordem do Dia da Sessão Extraordinária convocada regimentalmente para o dia 26 de junho passado, extraídas e entregues fotocópias aos Srs. Vereadores.

Certifico ainda, na mesma Sessão Extraordinária foi apresentado o parecer conjunto das Comissões de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento, e Educação Saúde e Assistência Social, e após colocado em discussão e votação na mesma Ordem do Dia foi aprovado por unanimidade dos Srs. Vereadores.

Certifico finalmente que em face da aprovação foi elaborado o Autógrafo de Lei nº 82/98, encaminhado através do Ofício GPC nº. 443/98, de 26 de junho de 1998.

Ibiúna, 29 de junho de 1998.

*Amauri Gabriel Vieira*  
Secretário de Div. de Processo Legislativo